

# RESISTÊNCIA

DOCUMENTÁRIO PATRIANOVISTA

DESTINADO À DIVULGAÇÃO DA *DOCTRINA MONARQUIA*, AO COMBATE AOS EXTREMISMOS E TÓDA ATIVIDADE CONTRÁRIA À LEGITIMIDADE HISTÓRICA DA PÁTRIA

N.º 2

Director: JERONIMO RICARDO DE MATTOS — Secretário: ARLINDO BAPTISTA PEREIRA

AV. IPIRANGA, 1123 — S/ 603 — FONE 32-6620 — Cx. Postal, 8503

IMPERIAL CIDADE DE SÃO PAULO DE PIRATINGA

MARÇO  
1954



NOTA SOBRE O  
BOLETIM  
N.º 17 de 1946

Arlindo VEIGA DOS SANTOS  
A AIPB EM FACE DOS PARTIDOS  
POLITICOS

.... «A AIPB não é agremiação política reconhecida pela Constituição Republicana. Sendo profundamente nacional e nacionalista, é um movimento cultural baseado na segurança da tradição. Seus idealistas podem pertencer a qualquer partido de afirmação cristã e filiar aos partidos que ofereçam guarda à sua ideologia filosófica de forma de Estado, constituindo um setor que se denominaria «Ala Monarquista» de tal partido».

CONSIDERAÇÕES SOBRE O  
MOMENTO PARTIDÁRIO

Em virtude das calamidades advindas da república democrática e partidária que lhe impuseram, o povo despreza partidos e legendas votando apenas em homens que prometem salvar, não a república, mas o bem público.

Mas esses homens corrompem irreversivelmente a república democrática partidária (se já não eram corruptos in petto) e novamente desengana o povo. Assim, o povo acaba céptico, abstencionista, rasgando os títulos eleitorais ou jogando-os no lixo, como um ludibrijo à sua traição bo-fé.

...

«Para nossa desventura, os grupos políticos e as entidades partidárias somente cuidam das próprias conveniências...», diz uma folha (Gazeta, 27.2.54, «Situação do caso sucessório de São Paulo»). «O clima de negociações, desfalques e malversação de verbas que infelizmente vem, nos últimos tempos, envolvendo o país e até mesmo o Exército, está, por outro lado, a exigir se oponham sólidas barreiras que lhe detenham o transbordamento dentro das classes armadas, cujo padrão de honestidade e decore administrativo, acima das mais leves suspeitas ou críticas, só se poderá manter, se, além de rigorosas normas de administração e controle, vigorar alerta um espírito coletivo de decidida contenção e repulsa contra quaisquer desmandos ou falências morais, sobretudo na gestão dos dinheiros públicos» (Memorial dos Coronéis). «Os partidos não estão se apercebendo, como deviam, da gravidade do momento. A dispersão das forças políticas, a multiplicação dos partidos e o descontentamento que vai por quase todos os setores são uma ver-

## Ainda sobre a "Reforma da Base"

Jeronymo Ricardo de Mattos

«Os que levantam a bandeira da defesa do Brasil contra o golpe e a corrupção, nunca apresentam uma linha sequer de esclarecimento ao Governo sobre esses problemas». (Do discurso de Vargas, de 2-2-54.)

Rapidamente passou pelo cérebro dos energúmenos pândegos desta 5a. república mais um lampejo de iluminismo reformador: — a reforma de bases.

Em que consistiria tal «reforma»?

Por que ao invés de «reformas» não consertam essa geringonça politiqueira que aí está mediante a simples volta ao passado e sua atualização com o progresso?

E' que o cérebro vazio de cultura e as algebeiras pandas de ambições dêsse infra-homens que a república improvisa à boca das urnas não vomita senão isto: negócios!

BUSINESS IS BUSINESS.... repetem a miúdo nossos «estadistas» indígenas, num arremedo caricato dos «businessmen» ianques — donos perpétuos da «Sociedade Anônima América do Norte Incorporada»....

Apresentar esclarecimentos ao Governo.... Governo? Mas qual dêles? A êste que mal entrou já encontrou atrás de si uma impaciente fila de sucessores — incômoda e irrequieta? Ao Governo que em breve subirá ao poder, impante de promessas eleitoreiras mas vazio de experiência e de acervo moral? Ao Governo que só promete descontinuar a obra de seu sucedido e que só tem compromissos com seus clans partidocratas da última hora eleitoreira?

Oh tempora, oh mores!

...

dadeira ameaça à nossa democracia» (Diário Popular, 6.2.54, «Falta de coordenação partidária»). «Em meio ao choque dessas desmedidas ambições dos grupos que dominam os partidos e a vida pública brasileira, como admitir-se a possibilidade de um amplo entendimento entre eles para o severo exame das nossas dificuldades em busca da solução dos gravísimos problemas que nos afligem?» («Os Partidos São Transitórios» — «A Marcha» de 26.2.54.)

Poderíamos multiplicar as justas queixas contra a instituição «partido», aqui e em todo o mundo. Mas isso basta para mostrar que, ao contrário do que rosnam os interessei-

O atual Chefe de Governo que mal acabava de subir já saltava sobre o tal «Plano SALTE», modificou tudo quanto o anterior projetara quinzenalmente, na crônica voragem redemocratizadora.

Aliás, que pode fazer um Executivo Presidencialista, no meio de «um deserto de homens e idéias», na barretada expressão de Oswaldo Aranha nos albores da 2a. república?

Contudo, vale bem a intenção do experimentado estadista Dr. Getúlio Vargas. Ele sabe o que está fazendo porque tem experiência de todos os tipos de repúblicas.... E sabe perfeitamente que não têm faltado «esclarecimentos ao Governo para solução de problemas»....

Nós mesmos, dentro de nossa modéstia de brasileiros patriotas, já lhe apresentamos um projeto que, se realizado como imaginávamos, estaria satisfeito o grande prefácio de nossa lei mosaica: — a «Orgânica Patrianovista».

Sugerindo a criação do Ministério das Artes, Ciências, Histórias e Esportes, na forma de nossa original concepção, iríamos submeter a república a um grande teste: — A Representação das Corporações.

Abstraindo-nos dêsse eufemismo grotesco de «sindicalizados» e «sindicalizantes» — verdadeira máquina política para emprestar ao atual Ministério do Trabalho o papel de «getulina força política», — as Corporações de Ofícios, tal como concebeu o fundador de Pátria-Nova em 1923 e codificou nosso distinto correligionário — Palm Vieira — em sua preciosa obra — «Organização Profissional» (Corporativismo) e «Representação de Classes» — (Série Pátria Nova — Livr. Teixeira, S. Paulo, 1933).

São assim definidas em seu introito:

(Continua na pag. 6)

rus na desgraça da Pátria, que não é esse o regimen ideal para o bem público.

...

E então? O regimen corrompe os homens? Então é preciso mudar o regimen. Qual o regimen de salvação?

Feita a pergunta, aparecem os outros utópicos, lunáticos descendentes da república e da democracia, nas quais não haverá salvação para o Brasil e para o mundo.

E que pensa de tudo isso Pátria-Nova? A resposta completa está na «Orgânica Patrianovista». Se, porém, se permite aos patrianovistas militar nos partidos, é porque foi esse o único instrumento de cam-

panha que totalitariamente a Constituição nos deixou para influir na vida pública, a qual não podemos retirar as vocações dos nossos, embora saibamos que a partidocracia republicana somente pode acarretar a ruína para a Nação, assunto êsse já exposto alhures, e especialmente no boletim N.º 17.

P. S. — Sobre o «Memorial dos Coronéis», duas causas pesam na sua lamentável verdade: 1.º) O regimen liberal imposto e sustentado pelo Exército; 2.º) O próprio Exército que, rompendo os vínculos da disciplina e da tradição, influenciado pelo liberalismo, desceu-se contaminar pelo vírus da ambição e da politicagem personalista e civil.

O BISNETO  
DO  
"NETO DE  
MARCO  
AURÉLIO"



(Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança — HERDEIRO POR DIREITO ao Trono Brasileiro)

## Dom Pedro Terceiro

(Do livro no prelo "O IMPÉRIO VOLTARÁ")

Trechos do discurso pronunciado pelo Sr. Sub-Secretário Geral — Cav. Prof. HUGO PAULO LICHTENBERGER, no dia 15 de setembro de 1953, commemorativo do 4to. aniversário natalício de S.A.R. DOM PEDRO HENRIQUE DE BRAGANÇA.

... Congratulamo-nos como admiradores que somos do Depositário das Tradições dos Nossos Antepassados, através da Originalidade Histórica da Nossa Pátria. Congratulamo-nos, enfim, por que antevemos na grandeza do Brasil, tenues que a realização dos nossos sonhos, a consumação da «Justiça de Deus, na Voz da História».

Ao iniciar esta saudação, fita referência, além desta efeméride auspiciosa, de outra data histórica. Trata-se do dia 26 de março de 1920, em cuja data o Senhor Dom Pedro Henrique Felipe Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança, nascido onze treze dias do mês de Setembro do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de Mil Novecentos e Nove, na cidade de Boulogne-Sur-Seine, França, em o Palácio do Boulevard de Boulogne número setenta e sete, às onze horas e vinte e três minutos da manhã passou a ser e é, atualmente, o legítimo sucessor, do trono brasileiro na linha dinástica da Família Imperial.

Analisemos, preliminarmente, os antecedentes que determinaram este acontecimento.

"I — Envolve um romance a história da Família Imperial Brasileira — Os Braganças — Símbolo de uma época ilustre — Um príncipe que, renunciando por amor, perdeu direito ao trono.

### JOAO DE SCANTIMBURGO

(Primeiro de uma série de reportagens publicadas no «Diário de São Paulo» em agosto de 1948.)

### AO LONGO DA HISTÓRIA

Em 1891, quando, em dezembro, o inverno vestia de neve Paris, num modesto hotel de terceira classe, falecia D. Pedro II, último Imperador do Brasil e figura sem par de nossa honra política. Cognominado «O Magnânimo», pelo Instituto de França, foi sepultado pelo governo francês, que rendeu, assim, uma alta homenagem àquele que governara o Brasil durante 58 anos. Destroçado por movimento anti-brasileiro e espúrio como um agitador qualquer da terra que institucionalmente lhe souba dirigir, como chefe da nação, D. Pedro II morreu na plenitude de

seus direitos, de que o espoliara a transformação violenta que implantou a República no Brasil. Forçado pelas circunstâncias, conforme declarou, D. Pedro II não abdicou, nem renunciou. Obediente à lei da história, que cifra no imprevisto a sucessão das acontecimentos, o último Imperador do Brasil morreu como chefe da dinastia, que presidira à criação do Brasil independente, e se manteve fiel aos seus deveres de Príncipe. O direito ao trono do Brasil passaria para sua filha, a Princesa Isabel, a quem coube a chefia da Família Imperial, quando se consumou o drama pessoal do Imperador. No Brasil, não tinha vigor a lei salica, como na França; aqui os membros femininos podiam reinar, tendo sido, mesmo, a nossa primeira

Imperatriz do Brasil. O direito ao trono da Dinastia Imperial passava para a Princesa Isabel, que não a recebeu, como a República, ao arauto, D. Isabel, a Redentora, entrou no posse do direito de ser Imperatriz do Brasil.

### OS TRÊS FILHOS DA PRINCESA

Cabe ao Brasil a Princesa Isabel com os seus três filhos: D. Pedro de Alcântara, D. Luiz e D. Antônio. O primeiro era o Príncipe do Grão Pará, título atribuído pelo artigo 105 da Constituição do Império ao neto do Imperador. «O herdeiro presumido do Império, reza esse artigo, terá o título de Príncipe Imperial e o seu primogênito o de Príncipe do Grão Pará; todos os mais terão o de Príncipes».

Veremos mais adiante a quem cabe o título principal, nos dias de hoje. Com a morte do Imperador, cessou a existência do título de Príncipe do Grão Pará, pois D. Pedro de Alcântara, já então Príncipe Imperial, era solteiro. Seguiu D. Pedro de Alcântara a tradição de seu avô, quanto à integridade de costumes e bondade de coração. Se não se distinguia por dotes especiais de inteligência, tinha contudo qualidades de retidão de caráter, nas quais sobressaía a prudência e a afeição.

### O TRONO PELO AMOR

Na Europa, D. Pedro de Alcântara foi para a Academia Militar de Viena, a fim de fazer o curso das armas; na velha e encantadora capital do Império Austro-Húngaro, o

Imperador Francisco José, em 1889, casou-se com a Princesa Isabel, filha do Conde João de Saxe-Coburgo e Gotha, príncipe de Schwarzburg-Rudolstadt. O casamento foi celebrado em 25 de julho de 1889, em Viena, na Igreja de São João. A Princesa Isabel, que então tinha uns ardores inflamáveis do filho, devido de seu interesse preservar a escolha para a sua sucessão, queria para si essa tarefa, onde nem sempre o coração decide. Os príncipes se conduzem pelos interesses do país e não pelas suas vontades, embora o velho miterulo que bate em nós nem sempre reconheça a riqueza dessa lei. Deveria D. Pedro de Alcântara decidir, ou renunciar ao seu direito de suceder ao trono, ou renunciar ao amor. Na Bela Viena dos Habsburgos, onde o ambiente convidava à aventura romântica, o amor foi mais forte do que a hipótese de um trono, no Brasil, e D. Pedro de Alcântara preferiu renunciar aos seus direitos, dando mostras de nobreza de caráter e da elevação moral, dignas das Braganças e de seu avô. Casou-se, então, o Príncipe D. Pedro de Alcântara, com D. Maria Elizabeth Adelaide, feita condessa pelo Imperador de Áustria.

NOTA: — Os documentos citados foram extraídos de publicações das monarquias do Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará. — Rio de Janeiro, 1948.

Em se tratando de um documento de mais alta importância histórica e política, destinado por sua Augusta Autora, a Sereníssima Princesa D. Isabel, como Chefe da Casa Imperial, a esclarecer tanto os seus descendentes como a Nação Brasileira a respeito da significação do Ato de Renúncia do Príncipe D. Pedro de Alcântara em favor do Príncipe Dom Luiz, Augusto Pai de Dom Pedro Henrique, assim como a preservar a continuidade dinástica, base da Monarquia, vamos ler, a seguir, o texto da Comunicação feita pela Redentora ao Diretório Monarquista do Brasil de que D. Luiz e sua linhagem passavam a representar a Dinastia brasileira:

"Eu, 9 de Novembro de 1908 — Exmos. Srs. Membros do Diretório Monarquista — De todo coração agradeço-lhes as felicitações pelos consórcios de meus queridos filhos Pedro e Luiz. O de Luiz teve lugar em Cannes no dia 4, com todo brilho que desejava para este ato tão salene da vida de MEU SUCESSOR NO TRONO DO BRASIL. — O de Pedro terá lugar no dia 14 próximo. Antes de casar assinou ele a sua renúncia à Coroa do Brasil, e aqui lhe envio, guardando eu papel idêntico. Acho que deve ser publicada esta notícia quanto antes (os Senhores poderão fazê-lo da forma que julgarem mais adequada) A FIM DE EVITAR-SE FORMAÇÃO DE PARTIDOS. O QUE SERIA UM GRANDE MAL PARA O NOSSO PAIS. — Pedro continuará a amar sua Pátria e prestará a seu irmão todo o apoio que for necessário e estiver ao seu alcance. Graças a Deus são muito unidos. Luiz ocupar-se-á aliadamente de tudo o que disser respeito à Monarquia e qualquer bem para a nossa terra. Sem desistir por ora de meus direitos, quero que ele esteja ao fato de tudo, afim de preparar-se para a posição À QUAL DE TODO CORAÇÃO DESEJO QUE UM DIA ELE CHEGUE. — Queiram, pois, escrever-lhe todas as vezes que julgarem necessário, pondo-o a par de tudo que se for dando. Minhas forças já não são o que eram, mas meu coração é o mesmo para amar minha Pátria e todos aqueles que nos são dedicados. Toda a minha amizade e confiança. (a.) IZABEL, Condessa d'Eu".

...."ATO DE RENUNCIA — Eu o Príncipe Dom Pedro de Alcântara Luiz Philippe Maria Gastão Miguel Gabriel Raphael Gonzaga de Orleans e Bragança, tendo maduramente reflectido, resolvi renunciar ao direito que pela Constituição do Império do Brasil promulgada a 25 de Março de 1824 me compete à Coroa do mesmo Paiz. Declaro pois que por minha muito livre e espontânea vontade d'ele desisto pela presente e renuncio, não só por mim, como por todos e cada um dos meus descendentes, a todo e qualquer direito que a dita Constituição nos confere à Coroa e Trono Brasileiros, o qual passará às linhas que se seguirem à linha conforme a ordem de sucessão estabelecida pelo art.

(Continua na pág. 5)



# ...É o espetáculo continua!



JOSÉ DE OLIVEIRA PINHO

Começa a nos entontecer a clássica algararia, pré-eleitoral, dos políticos nacionais.

Etelvino Lins, com o seu esquema, apregoa a necessidade de se combinarem as candidaturas provinciais à base da candidatura à presidência da República, sem se lembrar (será que ele não sabe disso?) de que essas "combinações" de candidaturas levam, inevitavelmente, à oligarquia, que é uma das contrações do mito republicano-democrático.

Quem escolhe os candidatos, a fim de que o povo nêles vote? O próprio povo? Como se manifesta a opinião pública, na sua escolha?

Dizem os teóricos do republicanismo, que as candidaturas refletem a opinião das "massas"; que o governo dimana do povo e, portanto, tem origem nêle. Como se poderá explicar, então, esta incongruência incrível entre a teoria e a prática, entre o que se diz e o que se faz, entre o governo que deveria provir do povo, e o que provém dos CAMBALACHOS políticos, realizados a portas fechadas? "Provirá, o governo, do povo, apenas porque este, vota?"

Na farsa eleitoral que vivemos, o governo dimana do povo porque tem a direito de "escolher" nas urnas, aquele que melhor lhe pareça. E, o povo, o "escolhe"; escolhe-o como quem diz: entre o bom e o mau ladrão, e como sou obrigado, voto no que me parece melhor. Sim, ele vota no que lhe PARECE melhor, pois que não conhece aquele ou aqueles em quem vota; nada sabe a respeito de suas "qualidades", a não ser aquilo que a mentirosa propaganda eleitoral lhe grita aos ouvidos. Nada sabe a seu respeito porque não foi quem, REALMENTE, os escolheu por conhecê-los; nada sabe a seu respeito porque o governo que "escolhe" nas urnas foi, anteriormente, escolhido pelos donos do regime, que são: os que estão no poder, ou os pretendentes à "panela" onde se servem, ou virão a servir-se, os chamados salvadores da Pátria, que nem sequer salvam as aparências, mostrando, abertamente, aos olhos apavorados do povo, o jôgo inundo de sua política de saqueadores, potenciais ou em exercício, do tesouro da Nação.

Ainda nos restam nove meses para que o parto da sucessão provincial se realize, quando o povo — no clássico "boquejar" dos paguéis propagandistas de eleições — será CHAMADO (vem cá, ó boécio, vota no Brederodes, porque ele é o tal, ouviste?) a votar; vinte e um meses ainda faltam para a sucessão presidencial da República e já servilham os políticos, na dança sádica

das "tomadas de posições", desviando sua atenção dos problemas administrativos — missão para a qual foram eleitos — para a concentrarem em problemas políticos tão distantes, que não deveriam, em hipótese alguma, ser levantados a esta altura dos acontecimentos. Mas, a questão é que o "queijo" está fumegando e os "ratos" que andam menos, nesta época de "espertos", roam. Os que chegarem atrasados, correrão o risco de ficar a "ver navios". Dou a "corrida" para as eleições, a "tomada" ensandecida de posições, iniciada com tanta antecedência e com tal sofreguidão.

Faz-nos pensar, por tudo isso, a clarinada do Sr. Etelvino Lins, no ABSURDO da "doutrina" republicana: o povo é chamado a eleger os seus "governantes" e os seus "representantes", mas só pode escolher aqueles que foram, anteriormente, escolhidos por meia dúzia de figurões que são, eles mesmos e só eles, os verdadeiros partidos. Sim, porque esta é a verdade, que se teima em não compreender: os partidos nada mais são do que meia dúzia de "sabidos", que os controlam e de cuja vontade soberana saem todos os "arranjos" políticos e, destes, numa estranha gestação, os "nossos" candidatos.

Não é o povo, deve repetir-se, quem escolhe os seus representantes e dirigentes, como cumpria e se apregoa; as "panelinhas" partidárias são quem escolhe os representantes dos bocós, que nêles votam sem um protesto sequer.

De algum tempo para cá, entretanto, quantidade enorme do povo, convencida da inutilidade do seu voto, para "melhorar as coisas" ou "para salvar o Brasil", prefere fazer greve, não votando em ninguém. Nas últimas eleições, foi isso o que se viu, porque compreenderam, que há 64 anos vêm sendo frustrados em suas esperanças, a cada período presidencial que passa. Ao fim destes, sempre se ouvem as mesmas lamúrias: "Este governo fracassou: traiu a nossa confiança, mas o próximo... esse melhorará as coisas". Mas não as melhora; não as melhora porque o regime de partidos é um mostrongo complicado, que gera o governo "arranjado", governo que sabe ao poder derreado por compromissos que o inibem de fazer nada que preste.

Como se processam estes arranjos políticos, como esse idealizado pelo Sr. Etelvino Lins? Pelo clássico "toma lá, dá cá". É sabido que, em vista de sua fraqueza, nenhum partido político "nacional" é capaz de, por si só, ou melhor, com seus próprios elementos, eleger qualquer go-

verno, já seja federal, provincial ou municipal. Para conseguí-lo terá que fazer "arranjos" com outros partidos: Trocará apóio político ao seu candidato por ministérios, secretarias, ou outras sinecuras quaisquer; trocará apóio ao candidato à presidência da República, pelo apóio aos candidatos aos vários governos provinciais (insisto em provinciais, porque estaduais é macaquismo) e, até, municipais. Fazem, assim, da política, os pais da Pátria, uma espécie de Cooperativa de Sálvas, para conseguirem, pelo esforço conjunto, trepar nos caules (que são os postos de mando), a fim de "pelar" as plantas (que são os tesouros da Nação, das províncias e dos municípios), dando cabo da lavoura (que é o Brasil), para encherem os seus formigueiros (que são os seus bolsos sem amanhã), com o producta scleris de sua "colheita" destruidora. E, os partidos políticos, são o meio pelo qual as nossas sálvas-politiquês conseguem o seu objetivo.

Convençamo-nos, portanto, de que o povo vota, apenas para ser roubado, espoliado, enganado e, para sofrer as ram-equências de todo o mal que os seus "representantes" praticam em seu nome. SEM RECEBEREM O CASTIGO QUE MERCEM.

Neste país carnavalesco, tudo se processa à base de "aproveitamento". Aproveita-se de tudo e de todos, sem recelo de receber punição de espécie alguma. Fazem-se alguns inquiridos, é verdade, mas que logo se "abafam". ELES sabem muito bem, que os juizes de hoje serão os réus de amanhã.

No IMPERIO isto não se dá, porque o DONO do queijo é UM SÓ e, este, por ser só, não permite que lhe roubem a fazenda; se a roubarem, providenciara para que o ladrão seja punido. É uma coisa lógica.

Na República, ao contrário, os DONOS do queijo SÃO VÁRIOS — renovados de cinco em cinco anos — de modo que a ordem é: aproveitar enquanto se tem a faca e o queijo na mão; aproveitar enquanto não se passa o dito para as mãos dos próximos ALI BABA E SEUS QUARENTA LADROES. Por todo este "avanço" ninguém é punido, porque as atuais sálvas, se punirem as anteriores, que são as réis de hoje, serão punidas por estas mesmas, que as sucederão mais cedo ou mais tarde e que se transformarão, na oportunidade, nos juizes, que lhes pedirão contas de suas falcatruas.

Por isso, o saque é geral e fica impune. Todos se empanturram; os eleitos e os seus protegidos, fazendo "governo"; os da oposição, RECEBENDO para não fazer oposição. Todos aproveitam. A ordem geral é, pois, APROVEITAR. Aproveitar "enquanto o Brás é tesoureiro". Dertrua-se o Brasil, não importa; o que importa é aproveitar.

Vivam, portanto, os Etelvino Lins, para maior glória da "bagunça" nacional!

Santos, 12/1/54.

## POIS FIQUEM SABENDO QUE:

### MORAL E POLITICA

... «Política ou é moral, ou não é. Política sem escoras morais, é essa imensa orgia de corrupção, em que salta poeiras notórias são guindados a posições que não merecem, graças, exclusivamente, aos defeitos de um regime que não tem forças nos seus estatutos legislativos para resistir aos desfibramentos morais, e aos vícios generalizados que se instalaram nos costumes políticos». (Franco Monteiro — «Diário da Noite» de 2.1.54.)

### O REI E OS PRESIDENTES.

... «Ao passo que o REI, ao subir ao trono, apenas toma o seu lugar definido na Orgânica do Estado, humilde e gloriosamente, para exercer a sua Suprema Função em harmonia com os outros órgãos, o presidente eleito da república é um ferrão que se introduz como um estranho «reformatório» individualista, «com idéias próprias» (e algumas impertadas), que não vai continuar coisa nenhuma (e faz questão de acentuar-lo): absurda pretensão dos teóricos, dos utópicos, dos albeios à realidade. Por isso, ao REI basta-lhe ser homem normal, mediocre, até, que cumpre o seu dever tradicional e institucionalmente marcado. Não precisa ser gênio, ser sábio das letras e ciências, ser brilhante. Basta-lhe SER REI. Quanto ao presidente da república, convém-lhe muita porada, muito «faro», muito estife, muitos dentes reais ou imaginários, muitas qualidades demagógicas; porque não vai entrar-se em seu póio, mas de certa maneira fazer o seu lugar. E esse «fazer o seu lugar» poderá ir muito longe no caminho da ruína da pátria!» (A.V.R. — «Resistência»).

### O DIREITO E A VIOLENCIA.

... «O direito de brasileiro não impõe respeito à república. Ela só se contém, diante da ameaça e do estrangeiro». Apud Eduardo Prado — «Comércio de São Paulo» de 10-12-1895. «A República e a Liberdade de Imprensa».

### CRUISES...

... «Nas monarquias, o instituto da abdicação subtrai muitas crises; as repúblicas rotativas não conhecem esse instituto de direito público, mas podem adotar a renúncia, como abdicação. (Diário de S. Paulo de 21.2.54.)

# "Cada povo tem o governo que merece"

Repto ao Cel. José Carlos de Freitas

Por Mario de Mello Figueiredo

Sempre que se quer achar um bode expiatório para as falhas do regime, esse bode expiatório tem que ser necessariamente o «povo».

Mas porque sempre escolhem o «povo»? É psicológico, é claro, porque quando se ofende o «povo», praticamente não se ofende ninguém. Mas por que não se ofende ninguém? É porque o «povo» não existe: é amorfo e anônimo. Simplesmente por isso.

«Povo» quer dizer indivíduos organizados, quer dizer indivíduos que vivem numa sociedade e que se representam nessa sociedade de maneira organizada e orgânica, de uma maneira real, verdadeira, natural.

No Brasil, os melhor, na república, não se representam os indivíduos pela maneira lógica, orgânica e natural. São, isto sim, «representados», ou melhor pseudamente «representados» por uma abstração, por uma organização que melhor seria, uma desorganização artificial chamada partido que procura «tirar partido» da ausência de representação popular.

Realidade é a família — sociedade natural anterior ao estado —. Realidades são os agrupamentos profissionais, isto é, as corporações, órgãos que afirmam, compreendem e representam a primeira realidade — a família — e que atendem à outra realidade humana chamada trabalho. E como o homem é religioso e a corporação também é religiosa (no nosso caso católica), conclui-se que a Igreja Católica, v.g. também é uma corporação, e assim por diante.

Ora, muito bem; «povo» quer dizer indivíduos organizados, o que equivale dizer organicamente agrupados. No nosso caso, onde não existe essa organicidade agrupativa e representativa mas tão somente grupos, ou melhor, bandos de indivíduos que se unem com o fito único de alcançar o poder a qualquer custo, e como esse custo é a compra do voto, quer pela mentira, quer pelo engodo, quer pela má fé, pela intimidação, quer pela compra do voto direta ou indiretamente. E, pois, tudo, uma questão de negócios, de jogo eleitoral.

Portanto, num estado onde não existe povo mas sim «massa» huma-

na, num estado onde essa «massa humana» é «representada» por uma mentira chamada «partidos», nesse estado, o «povo» (que não existe), jamais terá a culpa dos desmandos e da incompetência oficial para resolver os problemas deste «povo».

Feitas estas distinções necessárias, vejamos alguns outros pontos importantes.

O Brasil nasceu, cresceu, atingiu a sua maioria política, econômica, e territorial dentro da monarquia. Quando o Brasil nasceu para o mundo, Portugal, nosso pai, já tinha trezentos anos de existência e como o Brasil não nasceu por geração espontânea, equivale dizer que em 1589 nós tínhamos mais de setecentos anos de existência, toda ela dentro do regime monárquico.

Quando em 1889 um quinto do Exército, se tanto, sem o concurso da Armada, proclamou a «coisa» a que «o povo assistiu bestializado sem saber o que significava», disse que proclamava aquilo em nome do «povo».

Como vemos, é fácil falar em nome do «povo»; é fácil falar sem ter recebido procuração ou delegação de uma multidão anônima chamada «povo».

E perguntamos nós: foi o «povo» quem proclamou a república no Brasil?

E perguntamos ainda: foi feita uma consulta popular, foi feito um plebiscito?

A resposta é — não!!!...

Quem deu autorização ou procuração a uma indisciplinada e infiel parcela do Exército para destruir um regime que durava quase oitocentos anos? Quem autorizou a colocar em seu lugar um outro regime importado do estrangeiro, completamente oposto à realidade brasileira e que, apesar de contar já 64 anos de experiência, (eternamente em experiência) tem se mostrado tão alheio da realidade nacional?

Se não foi o «povo» o responsável pela mudança de regime; se não foi o «povo» consultado, de que maneira vamos atribuir a culpa do fracasso republicano aos brasileiros? Como vemos, falta lógica, mas sobra má fé.

Outra pergunta: foi o «povo» quem levou o Sr. Getúlio Vargas ao poder em 1930? Foi o povo brasileiro quem o apoiou em 1945?

Podemos responder alguns que, de fato, foi o «povo» quem o levou em 1930 ao poder; mas, ninguém poderá dizer que foi o «povo» que lhe tirou o poder em 1945, e, sim, como em 89, uma meia dúzia de generais.

Que a queda do Sr. Getúlio Vargas em 1945 não se deve ao «povo», ficou claramente provado quando ele foi reconduzido ao poder em 1951 e, antes disso, quando recebeu, pelas urnas, a mais votada cadeira de senador.

Perguntamos agora: quando os brasileiros votaram no Sr. Getúlio Vargas em 1931, votaram realmente para que ele fosse presidente ou ditador? Ora, se o atual ocupante-constitucional do Catete tornou-se conhecido dos brasileiros como ditador, e como tal recebeu ele os votos em 1931, como explicar ter sido o «povo» quem desejou uma constituição que ele «povo» repudiu? Isto posto, provado ficou que ninguém votou em Getúlio Vargas-presidente mas em Getúlio Vargas-ditador.

Dois palavras foram lançadas em moda na época: redemocratização e querenismo, ou melhor, reação republicana ou continuismo estadonovista. Em termo de duas palavras foi novamente jogado nosso destino. E o «povo», optando nas urnas pelo continuismo estadonovista, o outro «falso povo», minoritário, continuou a democracia...

Tanto em 1889 como em 1945 os «procuradores do povo» sempre advogaram em causa própria. Como é que, apesar de tudo isso, ainda há quem diga que cada povo tem o governo que merece? Napoleão, imperador posto, foi mais merecedor do «povo», porque permaneceu, do que os desavairados jacobinos provisórios...

Em 1953, nas eleições para prefeito de S. Paulo, mais um exemplo foi dado. Vencendo nas eleições o Sr. Jânio Quadros, duas conclusões tiramos de sua vitória: A primeira, é que no Brasil não tem existência real os partidos políticos, pois, se vissem, jamais o Sr. Quadros poderia ser eleito, visto que a soma

dos maiores partidos lutou contra a sua eleição; a segunda, sendo o Sr. Quadros candidato apenas por um partido de inexpressiva minoria, a votação que recebeu foi puramente nominal, isto é, dada à sua pessoa e não à clan que falsamente representava. Além, a mesma conclusão foi tirada em 1951, quando um só partido conseguiu eleger o Presidente da República, mas não conseguiu fazer maioria no parlamento...

Concluído: o «povo» votou, não num partido, mas em Getúlio; e não somente em Getúlio, mas em Getúlio-ditador, que foi a forma como ele se tornou conhecido e proclamado, conforme a própria expressão do ex-Ministro da Guerra — General Canrobert: «O Exército não dá posse, caso seja eleito, a um ditador do tipo do Sr. Getúlio Vargas». Da mesma forma o «povo» não votou em Jânio-pedecista, mas em Jânio-personalista, no sr. Jânio-contra o governo, que foi como ele se tornou conhecido. Foi a originalidade pessoal de cada um que fez calar as trombetas da propaganda «ecocólica».

Como vemos, o «povo» brasileiro, apesar de tudo, tem se mostrado coerente, pois, não se interessando por partidos políticos, tem que aguentá-los à força, apesar de tudo! O «povo» não está satisfeito com o regime; e, no entretanto, «democraticamente» tem que suportá-lo. O «povo» nada quer com as legendas, mas tem que sufragá-las...

Democraticamente, o «povo» já disse o que poderia dizer; no entanto, fingem não compreendê-lo. O «povo» merece a regime? O que querem que ele faça para provar que não o merece?

E depois disso tudo, continuam dizendo «CADA POVO TEM O GOVERNO QUE MERECE», até atomizá-lo pela descrença, pela apatia, pela destruição moral, pela desorganização, até deformá-lo, pulverizá-lo. Já que o «povo» não tem condições para fazer prevalecer a sua vontade, para poder falar em seu nome, sem ter a quem recorrer a não ser aos seus «pseudos-representantes», NOSSO POVO TEM UM REGIME QUE NÃO MERECE, UM GOVERNO QUE LHE É IMPOSTO...

## As Instituições Republicanas corrompem os homens

NOTA — «Les Institutions ont Corrompu les Hommes» é o título do extraordinário livro de Ernest du Ménil (Editions du Conquistador — Paris, 1953) que merece ser lido e meditado por todos que, desavisados, não atinam com a razão dos paradoxos do atual estado social que fomenta a desordem e ao mesmo tempo simula esforçar-se por corrigi-lo... com novas revoluções republicanas. Eis um trecho traduzido desta palpitante obra:

«Enganada pela filosofia de Lutero, dos enciclopedistas e de Rousseau, a França foi a primeira a lançar as idéias de Liberdade, de Igualdade, de Soberania do povo, bases das instituições modernas.

Rola o mundo na Democracia. Ao cabo de século e meio os resultados estão aos nossos olhos.

A Democracia falhou por toda parte.

A República francesa convidara os povos a derrihar os tiranos para estabelecer a paz... As nações em armas precipitam-se às lutas fratricidas.

A Revolução prometera a igualdade.... Nunca as desigualdades foram mais clamorosas. A luta das classes é a regra universal.

A Revolução prometera a Liberdade. Todas as antigas li-

berdades reais, concretas, das famílias, das comunas, das províncias, dos mesteres desapareceram. O operário só tem uma liberdade, a de morrer de fome. Tornou-se proletário.

Meditando os acontecimentos que sacudiram o mundo civilizado desde há cinquenta anos, mergulhamos numa história de malucos.

Dois guerras mundiais foram necessárias para abater a Alemanha. Menos de dez anos mais tarde, com nossas mãos, reconstruímo-la todinha. Ela torna-se a primeira potência da Europa.

A Rússia, amiga da véspera, criada por Roosevelt e Bidault, é a inimiga a abater!....»

«Os nossos irmãos nas obras cristãs, dos quais tantos são verdadeiramente cegos, repetimos que a Igreja nunca aceitou a Revolução, que todos os papas sem exceção a condenaram e que, segundo a letra das encíclicas, é blasfêmia querer derivar a Revolução do Evangelho. O caos é universal, tal como talvez o mundo jamais os conheceu. Duas forças emergem: o comunismo e a Igreja.

O comunismo, conforme mostrámos, renega as doutrinas do marxismo e não passa de um capitalismo de Estado que faz do homem escravo. Solução que o cristão não pode aceitar.

A Igreja chama-nos à razão. Pela voz do Pontífice de Roma, convida-nos a renegar os princípios que nos fizeram tanto mal e restabelecer os organismos destruídos pela Revolução.»



Por ser de magno interesse para a vida nacional e por se enquadrar em um dos importantes temas da Orgânica Patrioanovista — o saneamento da sociedade pela eliminação do vírus comunista que destrói a alma brasileira —, achamos de bom alvitre reeditar o sempre momentoso Manifesto à Nação lançado em Fevereiro de 1952 pela CRUZADA BRASILEIRA ANTI-COMUNISTA. — Dada a extensão da matéria, publicá-la-emos por capítulos, podendo a correspondência ser dirigida para — Cruzada Brasileira Anti-Comunista — Rua do México n. 158 — 5.ª and. salas 56, 57 e 58 — Distrito Federal — Caixa Postal 5.298 — 110 — End. Teleg. — ANTI-COMUNISTA. — N. da B.

CARLOS PENNA BOTTO  
Presidente.



### MANIFESTO A NAÇÃO

— I —

COMUNISMO: — Ideologia absurda, desumana e insoperante  
A degradação da pessoa humana

O MANIFESTO comunista de KARL MARX e de ENGELS, lançado em 1847, contra a civilização europeia de pleno século XIX, representa orientação retrograda, porquanto preconizou o retorno à vida primitiva e atrasada dos antigos povos da Terra.

Com efeito, comunismo não significa «progresso social», pelo contrário, representa inofensivamente «regresso social», pois retrocede aos tempos passados, em que foi praticado antes de ser substituído por sistemas sociais mais acordes com a natureza humana, mais lógicos, mais civilizados, mais adiantados.

A Civilização, na sua forma rudimentar, começou precisamente pelo comunismo, d'ele evoluindo, sob o influxo do aperfeiçoamento da espécie humana, para formas mais inteligentes, mais estáveis, mais razoáveis.

Aquêle MANIFESTO conclamava o proletariado a derrotar a burguesia e estabelecer uma nova sociedade sem classes, sem propriedades privadas, com a posse comum dos instrumentos de produção e de troca.

Naquêlo MANIFESTO aparecia uma ideologia absurda, baseada na igualdade dos homens para as lides da vida; — e que permitiria um tratamento comum, um gênero de existência comum, para todos os indivíduos.

A premissa básica era (e é) inteiramente inaceitável: — não há igualdade nos homens, tão pouco em coisa alguma do Universo. A lei da desigualdade é, pelo contrário, a mais geral das leis naturais. Tudo no mundo é desigual e isto se dá tanto no reino orgânico quanto no inorgânico; — a desigualdade — prevalece nos homens, nos animais, nas coisas.

Cada pessoa constitui um caso à parte, sui-generis, na massa da população da Terra.

Cada pessoa tem a sua individualidade, as suas modalidades específicas, os seus complexos, os seus traços marcantes, as suas reações e impulsos.

Cada habitante do Planeta possui, em síntese, a sua «personalidade». É claro, portanto, que as pessoas não podem ser tratadas como iguais, no mesmo pé de igualdade, pois não é lógico nem racional dar tratamento igual a tipos humanos diferentes.

É verdade que os homens são iguais perante a Religião Cristã, mas isto quanto à essência da natureza humana. Com efeito, sob esse aspecto, eles têm o mesmo destino, que é a união com Deus, têm todos corpo mortal e alma imortal, e foram todos redimidos por Cristo.

Mas quanto aos acidentes da natureza, já a mesma Religião admite a desigualdade dos homens, pois o próprio SALVADOR amêdo se referia «aos talentos diferentes dados a homens diferentes».

No entanto, a extravagante doutrina marxista, consubstanciada não só no já mencionado Manifesto Comunista, como num livro altamente pernicioso impresso posteriormente, — O CAPITAL, de autoria de MARX, teve a estúpida pretensão de expulsar o «natural» da face da Terra, teve a vaidade de prescrever a igualdade onde tudo, pelas próprias leis universais, é desigual e diferente.

Com efeito, as chamadas ideologias marxista ou comunista pretenderam aplicar aos homens idênticas formas-padrão de vida social, para o que tais homens teriam de ser nivelados, igualados, reduzidos a uma mediocre cota comum, cota que seria precisamente aquela dos menos capazes, dos desvalorizados.

Poder-se-ia supôr, à primeira vista, que se todos recebessem a mesma educação, na infância e na adolescência, ficassem depois em condições de serem igualados, nivelados, comunizados. Mas essa suposição se desvaneceria à menor análise, ao mais ligeiro raciocínio.

Sim, porque os indivíduos não recebem, não absorvem do mesmo modo, em doses iguais, a educação que lhes é ministrada; isto pelo fato de serem diferentes no que respeita intelecto, aptidões, inteligência, interesses, vontade, faculdades de apreensão e de assimilação, condições físicas, hereditariedade e influências atávicas, etc.

Eis porque as próprias leis, nas verdadeiras Democracias, são aplicadas diferentemente aos que as infringem ou violam; — embora as Constituições de tais Democracias estabeleçam, em tese, que todos sejam iguais perante a lei. As circunstâncias ocasionais, os agravantes ou atenuantes, fazem sempre variar a aplicação das penas, isto para cada caso e para cada indivíduo.

É precisamente na diversidade dos homens, que reside a harmonia desse conjunto de homens que se chama «Sociedade».

A «harmonia» significa coordenação, ajustamento, — combinação adequada —, de coisas diferentes; e, no caso em apreço, de homens diferentes.

A «Sociedade» não escapa às leis da harmonia. Para ser harmônica, cumpre que ela seja «harmoniosa», isto é, que os elementos diferenciados de que ela se compõe («harmonizem», se adaptem bem uns aos outros, se combinem; — isso sem artifícios, naturalmente, e com justiça.

Com justiça? — Haverá justiça nessa harmonia entre homens diferentes e desiguais?

— Certamente que sim! Se os homens são diferentes em todos os seus méritos são diferentes, são méritos relativos; isto é, guardados entre si uma certa relatividade. — O mérito é individual, e não coletivo; varia de um para outro homem.

(Continua)

## AINDA SOBRE...

..... «Sindicatos», «Grêmios» ou «Corporação de Ofício» nada mais é do que aspectos diferentes da mesma organização profissional chamada Sindicalismo Orgânico ou Corporativo, cujo fim é estabelecer por geral acôrdo, para os trabalhadores de cada produção, os salários de que necessitam para manterem suas famílias nas respectivas categorias, os preços dos produtos conforme as qualidades, harmonizar os interesses dos vários ramos da produção, instituir tribunais exclusivos para o trabalho, orientar a administração pública, legislar sobre a profissão e economia, além de organizar todos os institutos de assistência social como sejam: escolas, hospitais, centros de cultura intelectual e física, montepios, seguros contra acidentes, caixas de aposentadoria etc. que se tornem necessários. Essas associações profissionais de diferentes ofícios formadas por todas as categorias de interessados nelas, desde os patrões até os aprendizes, por meio de seus delegados, advogam as conveniências das produções nas respectivas e várias assembleias corporativas e se relacionam umas com as outras, para acomodarem interesses que se entrelaçam, nos diversos Conselhos Econômicos, que se sucedem, desde o município até a mais alta Câmara do país. Assim organizado o trabalho, todos os interesses ficam igualmente protegidos nas suas justas aspirações e desaparece, para sempre, o espírito de luta de classes, que sobressalta o mundo.»

— Nossa obs.: — Nessa época, 1933, nada existia do que predisse Paim Vieira, sómente vindo à luz nos anos seguintes, aliás, em forma torcida ou mal feito plágio.

Precambulando nosso Projeto, firmado em fevereiro de 1951 e entregue pessoalmente no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, ao Dr. Getúlio Vargas, dizíamos naquele documento:

«O A. sugere a criação de um Ministério de Estado destinado a comportar, a desenvolver e a estimular toda cultura nacional, orientando, metodizando, valorizando, cultuando, difundindo e amparando a produção intelectual nacional.»

E pensávamos como o Conde de Paris quando fizemos aquela Representação: «Um grande Estado moderno não pode viver se não possuir uma representação das atividades nacionais (todas as atividades e não sómente a operária) que seja real, variada, independente e coerente. Terminará então a era dos partidos: o esforço, a fadiga e o trabalho não têm partidos. («A Monarquia de Amanhã» — Lisboa, 1948.)

A natureza orgânica de nosso projeto consistia na criação de um Ministério de Estado sem burocracia, formado por quatro Conselhos Nacionais específicos à Arte, à Ciência, à História e aos Esportes, sendo estes subdivididos em sub-Conselhos, Comissões, como sejam:

Música: — Canto e Còro orfeônico; Música

continua na pag. 5



## PARTIDOS

Tanto é estúpidez esperar a paz social da luta das classes como esperar a paz política da luta dos partidos. Só há uma diferença: que as classes são grupos naturais e nascidos para ajustar-se, ao passo que os partidos são grupos artificiais e criados para brigar — **Chefe Geral.**

## ELEITORALISMO...

... «Se no tempo da Monarquia parlamentar, sob um regime negativamente propício ao progresso cívico, precisamos de prazos mínimos de cinco anos para reconhecer e aceitar uma certa conquista do direito eleitoral, quanto tempo nos seria indispensável na República presidencial para ascender da irresistível escravidão das atas falsas para a liberdade fácil e mesmo inevitável do voto secreto?» — **José Maria dos Santos, «Diário de S. Paulo» de 21.2.54.**

...

## Feira Pardidária

### DEFINIÇÕES

- P.T.B.: — Máquina eleitoral de Getúlio.
  - P.T.N.: — Arma secreta de Borghí Anti-Getúlio.
  - U.D.N.: — Granfinagem inimiga de Getúlio.
  - P.S.P.: — Ademar-Babá e seus quarenta....
  - P.D.C.: — Grupelho de uma só fenomenal cabeça: Jânio, o recuperador.
  - P.S.D.: — Uma oligarquia republicana fracassada.
  - P.R.: — Partido signóide da república dentro da república.
  - P.C.B.: — «Massa» ilegal.
  - P.S.B.: — Cripto P.C.B.
  - P.R.P.: — Profetas de um mundo melhor. Pregadores de uma nova geração. Integralistas desarvorados e desajustados na república-bagunçeira, liberal, e federalista-separatista.
- Os demais «Pês»: — «Cupinchas» de situações ocasionais. Oportunistas, sem partidos. Aviradores sem alvo.

Magistério.  
Folclore nacional: Literatura (Jornalismo, periodismo, panfletos).  
Magistério do Idioma Português: Autores e Escritores.

Arquitetura: — Monumental; Edificadora; Urbânica.

Pintura: — Pintores, Desenhistas, Decoradores, Ilustradores; Mestres; Críticos.

Oral e Representativa: — Locutores; Oradores; Conferencistas; Atores de teatro; Bailarinos; Artistas diversos de palco, circo, cinema, televisão, gravações, etc.

Escultural: — Plástica; Entalhação; Burlação.

Artes diversas: — Artesanato em geral; Cerâmica; Têxtil; Decorações; Técnica especializada; Artes femininas; Ourivesaria; Trabalhos em madeira; Carpintaria artística; Modelagem; Pequena fundição; Metalurgia, etc.

Estes Conselhos, que seriam formados, custeados, escolhidos e mantidos pelos respectivos Grupos de Corporações, nenhum ónus representariam para os cofres públicos. Suas deliberações seriam soberanas na legítima representação classista e a nenhuma influência político-partidária deveriam se subordinar, ao contrário do que vem acontecendo aos atuais sindicatos obreiros.

Teriam por finalidade:

A) — Debater e julgar matérias de sua especialidade;

B) — Redigir e referendar projetos de leis especializadas e técnicas, funcionando como «Câmaras pré-legislativas» e desacomulando o Executivo de uma de suas duplas funções: a) elaborar projetos de leis a serem enviados à Assembleia política, e b) sancionar ou vetar leis promulgadas pela dita Assembleia.

C) estudar problemas de classes filiadas a sindicatos profissionais intelectuais.

E vai por aí uma longa peroração de argumentos de artigos, de exposições de motivos, de justificações, até que, por coincidência, um ano mais tarde, clinicamente aparece nas «manchetes» dos jornais — a «conversa» de uma REFORMA DE BASE, pomposamente anunciada, sugerindo a criação de cinco (5) novos Ministérios, sendo um deles uma coincidente caricatura daquele que nós idealizamos!!!

E o cinismo oficial, dizendo que nenhum dos novos Ministérios propostos iria custar um centil sequer para o tesouro, vimos no único que medrou — o da SAUDE, com os seus novos 1.500 funcionários «candelários e bernabéticos»....

E' isso a tal reforma de base?

Será assim que se salvará o Imperial Brasil de todas as vergonhas a que estarrecidos assistimos como pródromo da verdadeira liquidação de uma grande Pátria entregue à mais infame ocupação estrangeira?

E ainda há quem repita que .... a república é boa; os homens é que não prestam! Bolas! Pipocas! Ora nébo!.....

## Quantos Somos?

Nunca nos ocorreu à lembrança um cálculo aproximado ou recenseamento exato de quantos monarquistas ainda existem no Brasil, apesar de ser esta geração toda «trabalhada» pelo «espírito revolucionário» já com 64 anos de idade.

Podemos, entretanto, afirmar, que somos mais de mil... Sim, porque temos monarquistas-anárquistas; monarquistas que o são sem saberem, porque não contestam as virtudes do regime de honestidade e segurança; os revoltados contra a «revolução»; os desesperançados; os anti-comunistas; os republicanos desiludidos da «república aconhada»; os patrianovistas simpatizantes; os patrianovistas militantes; os patrianovistas mentes pregadores da doutrina; os patrianovistas alunos e os patrianovistas doutrinaos.

Quantos somos? E' pergunta que nos fazem a miúdo e aos quais respondemos: somos, em espírito consciente, mais que os republicanos inconscientes sem espírito, sem doutrina, sem rumo... Quantos somos? Somos mais que os republicanos em 59. Somos tantos quantos são os que esodenas as práticas republicanas de irresponsabilidade, de roubos, de peculados, de mentiras, de demagogias, de safadezas, de incapacidades, de traidores, de aventureiros, etc.

Eis quantos somos. Se quiserem

ver a prova, dêem o contra-golpe: restaurem a monarquia... e verão um Brasil inteiro responder como aqueles adestados da última hora de 1901! — «Eu já era d'ocês...»

E, enquanto não pudermos fazer um balanço às claras, de quantos somos, contentar-nos-emos em andar por aí perguntando nos bodes, nas ruas, nos escritórios, nos bares, nas palestras: — que me diz da monarquia? — e encontramos sempre os comunistas a dar esta resposta: — Não serve porque é honesta! Porque a monarquia deseja quanto melhor... melhor! — 2.º Sub-socr. geral.

## É POR CAUSA DISTO...



...QUE "O IMPERIO VOLTARÁ"

## DOM PEDRO TERCEIRO (conclusão)

117. *Perante Deus prometto por mim e meus descendentes manter a presente declaração. — Cannes 30 de Outubro de 1908 — (a) Pedro de Alcantara de Orleans e Bragança.*

Dom Pedro Henrique de Bragança, conforme assinado o publicista Luis da Câmara Cascudo, data vinda, succede automaticamente a D. Isabel, como Imperador de direito, desde a irreparável perda que sofreu o Brasil Monárquico, e a Augusta Família Brasileira, com o falecimento de S.A.R.E. Dom Luis de Orleans e Bragança a 26 de março de 1920.

Esta é a estirpe que constitui o alicerce em que se estende o campo de luta dos nossos ideais.

S.A.R.E. Dom Pedro Henrique de Bragança dá-nos o seu exemplo. Observemos-lhe as atividades económicas a que se entregou na Fazenda Jacarezinho, no Paraná; observemos-lhe a confiança que nos inspira o seu esperar por uma oportunidade de justiça e de fato; observemos-lhe, enfim, a atenção com que acompanha as atividades das que muito esperamos, direi melhor, das que tudo esperam de sua condição de Príncipe Herdeiro.

CORRELIGIONARIO! - Ajude Resistencia com seu auxilio financeiro e com sua produção intelectual!

Sem Rei não há...

N. 1

N. 1

Estas Notas se constituirão de duas partes: uma pergunta ou objeção e uma resposta. Muitas vezes as respostas serão incompletas, mas serão instantes para expor alguma coisa patrianovista. Queremos sempre ser breves, não faremos tratados nem sequer monografias.

11) — D. Pedro I foi um mau imperador, levou vida libertina.

Resp. — Concordamos em dizer que levou vida libertina; mas, ao deixar o governo em 1831 ficava o Brasil em situação privilegiada na América. Jamais apareceu alguém para dizer que a situação política, financeira e econômica do Brasil andasse mal. As acusações que conhecemos contra D. Pedro são de duas ordens apenas: excessivas relações com os portugueses e vida libertina. Todavia, isto não impediu que o Brasil fosse bem governado, tanto que bastou a ausência do Imperador para que os seus próprios inimigos capitalissem nas atitudes pedina a volta de D. Pedro I.

12) — A dissolução da Assembléa Constituinte do Império foi um ato ditatorial.

Resp. — Não. Não podemos aceitar o regime dos excessos perniciosos do liberalismo retrógrado. Quando os parlamentos se comportam mal e apenas falam indeterminadamente, quando fogem de sua finalidade legislativa e política sem cuidar realmente da vida pública, dos interesses da grande família nacional, é justo que o poder superior, o Executivo, que naturalmente preside os atos destina da Pátria, se manifeste, porque o Governo existe para governar e não para assistir de braços cruzados à comédia da anarquia e do falatório ócio e vazio.

13) — Os Estados Unidos são o país mais adiantado atualmente, mas nunca foram monarquia.

Resp. — Nenhum território no mundo foi apresentado com tantas riquezas naturais como os Estados Unidos. Em nenhum outro se encontram tão perfeito conjunto climático. Em nenhum outro existiu tão singular privilégio de sua posição geográfica entre o mundo asiático, e sem o perigo de sanções guerreiras por ataques certos e diretos. Não foi o governo republicano que fez realmente os Estados Unidos. Foram os povos de várias raças que se juntaram e agiram livremente. O governo serviu somente como esteio da ordem pública. Se tal governo fosse realmente um governo nacional, isto é, com instituições de responsabilidade entre o passado e o

futuro, o povo americano não seria lançado nas guerras mundiais, onde sua vida que haver. E mais: Um governo conscientemente nacional não poderia curvar-se tão servilmente aos capitalistas permitindo o desenvolvimento do imperialismo econômico e financeiro que sacrificia os vizinhos e os longínquos, os quais bem cedo se unirão para cair sobre os Estados Unidos. E os lanques vencerão o resto do mundo? Será então feliz o povo norte-americano quando tiver que enfrentar, sózinhos, a onda de ódios acumulada contra o seu agnóstico e materialista modo de viver, de encerrar os problemas humanos? Uma forma de governo que tolera tal sistema de vida, que cava tão funda sepultura para seu povo, é excelente?

14) — Os reis são quase todos doentes.

Resp. — Não é verdade. A hereditariedade é um fato. Mas é preciso observar que as famílias reais e nobres são aquelas que estão mais aptas a tratar as suas moléstias e portanto a transmitir os melhores caracteres hereditários. Ao contrário, as famílias do povo é que geralmente não possuem meios para se tratar e são naturalmente aquelas que mais taras nocivas de hereditariedade podem transmitir.

15) — Quando citamos qualquer título de nobreza, duque, marquês, conde, etc. logo vemos que os homens do povo sorriem ou se preparam para um escarnecimento.

Resp. — Infelizmente, em muitos casos isso é verdade. Não devemos entretanto capitalizar perante semelhantes atitudes de criaturas inconscientes ou que não usam de raciocínio profundo. Um título de nobreza não é uma brincadeira, mas representa dentro da história uma criação da Inteligência Humana. Sempre foi um meio de se tornarem distintos certos indivíduos que, por razões diversas, se fizeram notáveis (p.e. as condecorações militares e comendas civis). Um título de nobreza é um produto do Espírito Humano. Mir-se de uma tal criação é aproximar-se de outro espírito (bate com letra minúscula e desprezível)... o espírito de porco...

(Continua)

CA' E LA' MA'S FADAS HA'...

... No artigo «República Sindicalista», n.º A Marcha de 19.2.54, dia Plínio Salgado o seguinte: «Quem primeiro cogitou no Brasil da representação de classes foi a «Ação Integralista Brasileira»...

Ora, PATRIA-NOVA é de 1925 e o Integralismo, filho de Pátria-Nova, é de 1933. E então, nosso caro Plínio: quem lhe meteu na cabeça que V. S. foi o primeiro a colocar um ovo em pé? Pobres de nós «Colombos-Patrianovistas»!

Como não sofremos de amnésia, ainda lembramos de nossa prívias integralistas realizadas na velha cervejaria da Ladeira Dr. Falcão — Cidade München — quando então o jovem e inteligente jornalista, no auge da moda totalitária (conspicua desde daqueles idos tempos) apregoava em 1923 mais ou menos assim: «Pátria-Nova» usará o Corporativismo... nós o Sindicalismo — mal antevendo que este último rótulo seria exportado mais tarde pelos comunistas e que a simbiose dos dois epítetos seria manipulada por Francisco Campos no seu «coquetel-estadonovista» de 37...

Enfim, não será apenas por saudades que se discutem direitos autorais... Litiga-se também por ciúmes que, em última análise, é amizade!

Que falta está fazendo o rei Salomão!

(N. da R.)

VOTOS...

... «Pior do que esse voto, entretanto, temos outro, que ainda existe e que tem a história de suas origens remontada às preciosas éras da botina rangedora, que garante a eleição de muita gente inútil, nos comços nebulosos de nossa república... É o voto que uma coletividade, um clube de «foot-ball», por exemplo, dá, cheia de entusiasmo cívico, ao candidato que lhe obsequia com um jogo completo de camisas ou com duas «cintelinas» de bico reforçado com lata. Ora, não vale isso, por ventura, muito mais, que a edificação de um prédio para o ginásio? Que a construção de silos e de rodovias asfaltadas? Que a instalação de serviços de saúde especializados e outros assuntos, de que temos necessidade, é fato, mas, que podem, perfeitamente, esperar pela eleição seguinte, já que, nesta — tenham a paciência! — o nosso «leam» precisa de dois pares de meias e calcetins e... acabou-se?!... Logo, a única saída é essa: quando as camisas de «foot-ball» se rasgarem ou as meias tiverem furos, bons remédios deverão ser-lhes postos até as eleições seguintes...» — Ray Menezes — «Correio do Barroto», 11.2.54.

Noticiário

CALENDÁRIO PATRIANOVISTA

- 1) 9 de Janeiro — DIA DA DINASTIA NACIONAL.
- 2) 22 de Janeiro — DIA DO MUNICÍPIO (Fundação de São Vicente).
- 3) 28 de Janeiro — DIA DA MARINHA MERCANTE IMPERIAL.
- 4) 22 de Abril — DIA DOS DESCOBERTOS LUSIADAS — (Descoberto do Brasil).
- 5) 3 de Maio — DIA DA SANTA CRUZ e da FUNDAÇÃO DE PATRIA-NOVA.
- 6) 13 de Maio — DIA DAS DINASTIAS LUSIADAS (Dom João VI) e da UNIFICAÇÃO NACIONAL (Abolição da Escravidão).
- 7) 11 de Junho — DIA DA ARMA DA IMPERIAL.
- 8) 13 de Junho — DIA DAS TRADIÇÕES NACIONAIS (São Antônio).
- 9) 2 de Julho — DIA DA RESISTÊNCIA NACIONAL (Vitória de Pirajá contra as Cruzes colonizadoras liberais).
- 10) 20 de Julho — DIA DA FORÇA AEREA IMPERIAL (Estantes Dumont).
- 11) 26 de Agosto — DIA DO EXERCITO IMPERIAL (Duque de Caxias).
- 12) 7 de Setembro — DIA DA PADROEIRA DO BRASIL e da FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO.
- 13) 13 de Setembro — DIA DO IMPERADOR (Dom Pedro II).
- 14) 12 de Outubro — DIA DA HEPANIDADE (Descoberto da América).
- 15) 15 de Novembro — DIA DOS MORTOS PATRIANOVISTAS.
- 16) 2 de Dezembro — DIA DOS IMPERADORES (Dom Pedro I e Dom Pedro II, Dona Isabel I e Dom Luís I).
- 17) 16 de Dezembro — DIA DA COMUNIDADE LUSIADA (Elevação do Brasil a Reino).
- 18) 17 de Dezembro — DIA DA UNIDADE IMPERIAL DO BRASIL (Dia dos Governadores Gerais e Vice-Reis).

NOTA — Nesta Imperial Cidade de São Paulo de Piratininga, celebrar-se-á a 24 de Janeiro o DIA DA EXPANSÃO BANDEIRANTE.

— Além desse calendário geral, podem os Patrianovistas celebrar em cada Província ou Município as datas especiais da sua particular história dentro da Unidade Imperial do Brasil.

Artur VEIGA DOS SANTOS  
Chefe Geral Patrianovista.

SALVADORES E REGENERADORES

Há mais de 30 anos que os salvadores e regeneradores da república inalavável e irregenerável (pertencentes à mesma seita malfetora que a criou) exploram a mocidade generosa, especialmente a acadêmica, com as suas salvagens e regenerações chantagistas. E cada vez vai pior (como é natural) a sua república «salva e regenerada». Quando afinal entrarem esse defunto de 89 e cessarão esse eterno ludíbrio determinado por secretas inspirações?...

Quanto mais cedo a república voltar para o inferno donde veio, tanto melhor para o Brasil. — Chefe Geral. O FOCINHO DA REPÚBLICA

República é um regime em que o Estado mete o focinho em tudo quanto não lhe compete e descuria de tudo quanto de direito e respectivamente lhe é afeto. Dal a contração, o «socialismo», a matrocáfala do Estado e o deprecimento da Sociedade, dos Municípios e das Províncias; a anarquia de funções, a burocracia confusionalista e pedrilar, o desgoverno e a demoralização da Autoridade e dos ocasionais sujeitos dela. — Chefe Geral.

... A Tertúlia Sabatina que a A.I.P.B. vem realizando em sua sede todos sábados à tarde, há vários anos, tornou-se um hábito tão enraizado quanto o dever cristão de assistir missas aos domingos. Dia 13 de fevereiro último, por motivo do aniversário natalício da Exma. Srma. D. Hermínia Quadros de Mattos, esposa do Tenente Jerônimo Ricardo de Mattos, diretor de «Resistência» e 2.º Sub-Secretário Geral da A. I. P. B., a referida Tertúlia teve lugar em sua residência à Avenida Inajá n. 1.122, Indianópolis. Após a leitura e comentário da Orgânica Patrianovista, Item 37 — Proteção e defesa da Família contra os males modernos, teve lugar a Entronização do Sagrado Coração de Jesus e a bênção do casal e das dependências da moradia, tendo sido oficiante o Revmo. Padre Hugo de Souza Ribeiro, Vigário da Paróquia de N.S. Aparecida de Moema. Após as cerimônias litúrgicas foi servido aos presentes uma taça de champagne, discursando o Prof. Arlindo Baptista Pereira sobre o ato festivo, seguido de outros oradores e poetas presentes. Compareceu grande número de patrianovistas, amigos e parentes do Tenente e de sua Esposa.

... Tertúlias Patrianovistas — A Chefia da A.I.P.B. reitera o convite indistintamente feito a todos monarchistas, patrianovistas filiados ou não ao movimento, simpatizantes, bem como aqueles que desejem interair-se ou discutir pontos de nossa doutrina, a comparecerem em nossa sede à Av. Ipiranga n. 1.123, 6.º andar, conj. 603, todos os sábados, às 16 horas.

... Acha-se sobre a mesa de nossa redação uma bomba «arraça-quarteirão» de autoria do consagrado poeta paulista Laurindo de Brito, «Resistência», que já conta com um verdadeiro arsenal de «robots» intelectuais, guardou mais estes terríveis «Versos Atômicos», cujo parvo começa assim:

«Megalópolis é o paraíso dos ladrões, onde encameiam, desgraçadamente, os comendadores, os condões, e os [barões da farinha e do açúcar, da banca e do sabão, com seu cínico aplomb» de aventura, [reiros, escorchando, espoliando, e envenenando, [nando, as indefesas e espoliadas multidões...

E' isso mesmo, Sr. Laurindo! Bravo!

E agora, aceita um fóforo patrianovista para pôr fogo no estopim de sua bomba atômica?

..... Comendado, Pátria-Nova comunique que mantém permuta do «copyright» com todos jornais do Interior do País. Agradecemos as remessas que nos são feitas através da «Agência Reconquista».

PORTUGUES...

Decididamente, vamos cada vez pior. Agora, a república nem sabe mais português. Imaginem que, EM TODO O IMENSO ACERVO DO NOSSO PAPEL MOEDA que inflaciona a vida econômica brasileira, se lê esta aneira: — «SE PAGARA ao portador desta a quantia de tantos cruzeiros...»

Como poderá um professor de Português exigir de um aluno bônus a boa colocação dos pronomes, se o próprio Estado não cura de cometer erro tão palmar em tôdas as notas com que pagamos os carismos gêneros que tão precariamente comemos?

REPÚBLICA — MEIO DE VIDA

A política na república é apenas meio de vida e de enriquecimento ilícito. — Chefe Geral.